



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 9A2CE-1BFEE-EB4F2



## Decisão SEGEX 00997/2023-1

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 03004/2021-3

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPESC - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de São José do Calçado

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** JOEL BERNARDES FARIA

**Responsável:** DOUGLAS MOREIRA FARIAS

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso III, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, inciso IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** ao sr. **DOUGLAS MOREIRA FARIAS**, gestor responsável pelo **IPESC - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de São José do Calçado**, ou quem o substitua, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários, ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito no **item 3 da Instrução Técnica Preliminar 00355/2023-1**.

Determino o encaminhamento ao responsável de cópias desta **Decisão** e da **Instrução Técnica Preliminar** citada, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

**Fica o responsável advertido de que:**

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Orgânica deste Tribunal, art. artigo 389, IX do Regimento Interno c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica – TCEES;
- c) A resposta ao Termo de Comunicação de Diligência deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na IN TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 16 de maio de 2023.

**Fabiola de Noronha Gabriel Cruz Rios**

**Coordenadora do NRP**

(Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)